

BOLETIM **HA** HISTÓRICO

Eletropaulo
**ELETRICIDADE DE
SÃO PAULO S.A.**

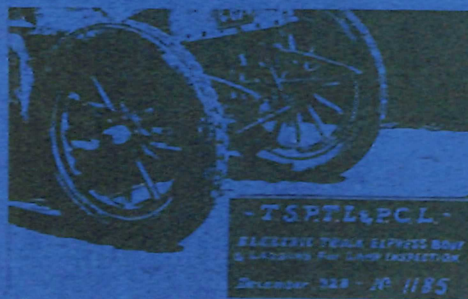
A INFLUÊNCIA DA LIGHT NA CONSTITUINTE DE 46

Página 11



**UM
MONUMENTO
FASCISTA
EM
SÃO PAULO**
Página 5

**ENTREVISTA COM
O ENGENHEIRO
CATULLO BRANCO,
UM VELHO NACIONALISTA:
"SÃO PAULO É QUE FOI
IMPORTANTE PARA A LIGHT"**
Página 16



**Carro elétrico da Light para manutenção
da rede de iluminação, 1928** Página 8



**Usina Izabel,
um museu vivo de tecnologia**
Página 14



**As passagens de bondes
que davam direito a prêmios**
Página 10

FICHA CATALOGRÁFICA
ELETROPAULO - ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
BOLETIM HISTORICO S.P. 1986. 16 p.
ENERGIA ELÉTRICA/HISTORICO
CDU 621.31:93



1 APRESENTAÇÃO

A inauguração da Exposição Fotográfica sobre a Chegada da Light, no dia 1.º de agosto próximo, marcará o lançamento da nova publicação do Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo: a série *História & Energia*. Na oportunidade, será assinado um importante convênio entre o Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo e a Energia de São Paulo, através de suas quatro empresas (CESP, CPFL, Eletropaulo e Comgás). Ainda em São Paulo, recentemente, foi publicado o volume *S.A. Central Elétrica Rio Claro*, primeiro dos *Fascículos da História da Energia Elétrica em São Paulo* a serem editados pela CESP em convênio com o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo.

Esses eventos representam uma auspiciosa resposta a uma preocupação repisada por nosso *Boletim* desde seu primeiro número: os arquivos das empresas energéticas abrigam fontes documentais ainda muito pouco utilizadas e, no entanto, preciosas para uma reconstituição mais precisa e multilateral da história do país. Comprovações adicionais desse potencial podem ser encontradas nos documentos e artigos publicados nesta edição do *Boletim Histórico*, como o retrospecto das tensas relações fiscais da Light com o erário municipal, estadual ou federal (página 4) ou o instigante depoimento do engenheiro Catullo Branco sobre o controvertido papel da empresa de Pearson e Mackenzie no desenvolvimento do país (página 16).

Mas não é apenas a história da industrialização e da energia que pode ser enriquecida com o melhor aproveitamento do acervo documental das empresas do setor. Uma luz nova pode ser lançada também sobre temas gerais, como o indica o artigo sobre a influência da Light no processo constituinte de 1946 (página 11) ou as revelações sobre o monumento à Itália fascista, hoje esquecido numa das margens da represa Guarapiranga na capital paulista (página 5).

De resto, há outras informações históricas, como a dos sorteios de bilhetes de bondes entre 1907 e 1908 (página 10) ou o relato dos esforços para restaurar a Usina Izabel e transformar a pequena e histórica hidrelétrica de Pindamonhangaba, em São Paulo, num museu vivo de tecnologia, além de fonte energética complementar (página 14).

Resultados como esses sublinham a importância da decisão adotada pela diretoria da Eletrobrás, e atenciosamente transmitida à Eletropaulo, de desenvolver um projeto, com o concurso de todas as empresas do setor, para resgate da memória do Setor de Energia Elétrica brasileiro (página 2).

2 MISCELÂNEA

ELETOBRÁS RESGATA SUA MEMÓRIA

O vice-presidente executivo da Eletropaulo, Sérgio Roberto Vieira da Motta, recebeu da ELETROBRÁS a seguinte carta:

Senhor Vice-Presidente:

A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. — ELETROBRÁS — está desenvolvendo um projeto de resgate da sua memória. Neste sentido, o primeiro movimento abrange o levantamento de fontes documentais e depoimentos orais que traduzam o conjunto de fatos relacionados com a instituição da empresa coordenadora do Setor Elétrico, no período compreendido entre 1953 e 1962.

Este esforço representa o passo inicial para um rastreamento ampliado de fontes, com o concurso de todas as empresas do Setor, que viabilize, através de um sistema de indexação, a montagem de um centro de referências documentais com espectro nacional. Assim, estaremos possibilitando às instituições de pesquisa e à comunidade acadêmica o acesso aos acervos que constituem a memória do Setor de Energia Elétrica Brasileiro e a conseqüente produção de um conhecimento acerca de seu papel social.

Neste contexto, gostaríamos de ressaltar a importância com que vimos a visita dos técnicos José Alfredo O. Vidigal Pontes, Célia Reis Camargo e Ricardo Frota de Albuquerque Maranhão, do Departamento de Patrimônio Histórico dessa Empresa. Através do relato que nos foi feito, pudemos avaliar a seriedade e competência com que a Eletropaulo tem tratado o processo de resgate de sua memória. Além disso, nos sensibilizou a proposta daqueles técnicos acerca da realização, nessa Empresa, de um Seminário Nacional de História e Energia neste exercício de 1986.

Assim, vimos à presença de V.Sa. manifestar o nosso reconhecimento pelas iniciativas da Eletropaulo e a nossa disposição em atender as expectativas dessa Empresa no tocante ao desenvolvimento de um trabalho em conjunto.

Aproveitamos o ensejo para apresentar a V.Sa. nossos protestos de elevado apreço.

Atenciosamente,

CARLOS A. P. AMARANTE

Diretor de Gestão Empresarial

A HISTÓRIA DA ELETRICIDADE NA FRANÇA

A Association pour l'histoire de l'électricité en France foi fundada em 11 de maio de 1982. Tem por finalidade estudar a difusão das técnicas e máquinas elétricas no mundo da usina e no universo cotidiano, bem como a sua interação no seio da sociedade francesa com os outros fenômenos econômicos e sociais, com as atividades literárias e artísticas da época e a maneira como elas foram acolhidas pela opinião pública, pela coletividade ou pelo Estado.

Para tanto, a associação reúne os trabalhos já existentes e organiza um fundo de arquivo e um banco de dados; coordena iniciativas de instituições, grupos ou pessoas que se dedicam ao estudo da eletricidade; incentiva novas pesquisas ou análises; divulga resultados e publica estudos, documentos originais ou teses; publica uma revista; organiza conferências e seminários; edita obras especializadas; promove uma política de conservação e recuperação de arquivos, objetos e locais ligados à história de eletricidade; editará uma obra geral, intitulada *L'Histoire de l'électricité en France depuis 1880*.

De toda esta atividade, pode-se tomar conhecimento através do *Bulletin d'histoire de l'électricité*, publicação semestral iniciada em junho de 1983, tendo já cinco números distribuídos, com artigos de excelente nível informativo.

A associação aceita sócios correspondentes, cuja adesão poderá ser solicitada, por carta, ao *Conseil d'administration - 47, rue Monceau, 75008 Paris, f. 764 2453*. A anuidade e a assinatura do boletim estão fixadas em 50 francos cada.



A Fada Eletricidade (cartaz de A. Farcy, 1925)

Bulletin, n.º 1, junho de 1983

CONGRESSO DE ARQUIVOLOGIA

Realizou-se no Rio de Janeiro, de 13 a 18 de abril, o VI Congresso Brasileiro de Arquivologia, tendo como tema geral "Arquivos: Política, Administração e Cultura". A participação de aproximadamente uma centena de pessoas, vinculadas às mais diversas áreas do conhecimento, confirmou o interesse despertado pelo tema e a crescente importância dos arquivos.

Dentre os muitos assuntos abordados durante o Congresso, destacaram-se as sessões plenárias sobre Política Nacional de Arquivos, Recursos Humanos, Arquivo e Cultura, Arquivo e Administração e Informática; e os seminários sobre Fontes Primárias da História do Brasil, Preservação e Restauração de Documentos e Micrográfica e Sistemas Integrados de Informação.

Pelo Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo estiveram presentes: Ricardo Maranhão, que apresentou a comunicação "A Business History e o Tratamento Integrado das Fontes Empresariais"; Célia Camargo, com a comunicação "Patrimônio Documental das Empresas"; e Dirce Mendes, que tomou parte no seminário sobre Preservação de Arquivos Especiais.

NO "TROTTOIR" URBANO...

Velhas praticas generalizadas e criticaveis — Flagrante: que interessam a imprensa e a policia

Um bom reporter não vacilla...

Ferindo muitas vezes a circumspecção dos moralistas "ratôs" e arriscando, não raro, a propria anatomia, posta á eminencia de desentregalzar-se, ao movimento de um bengalão me-

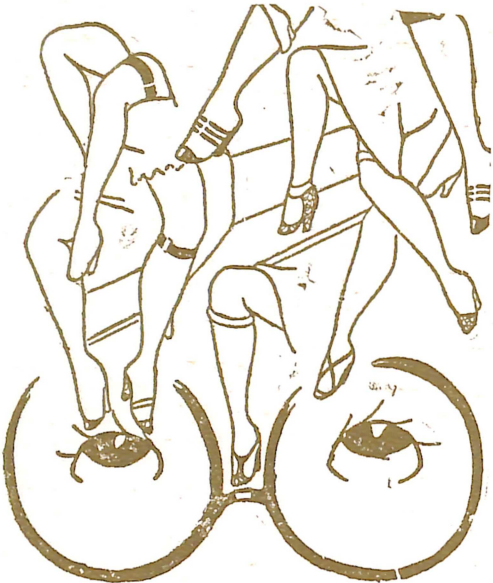
Mas, o homem de imprensa, esse não c "tula, ou seja no trilhado de um arranha-cóo, á portia de um Mene-

— Senhorita...

— Não venha agora com subterfugios, depois que abusou, está ouvindo? Não havia duvida: bolina com letra maiuscula.

Interviemos, resolvidos a tomar um partido, isto é, com o intuito de colocar as coisas no seu logar.

Crônica de Belmonte, Folha da Noite, 5-11-1927



Na curva do sólo ao estribo...

ghetti, ou no gabinete de um politico neurasthenico, que se fecha em cópas, ao primeiro aceno de entrevistista.

— Não costume f r aos jornaes. Tenho responsabilidades...

Isso, dito com a cara mais azeda deste mundo, descon...ria o menos susceptivel dos mortaes.

Mas, o homem de impensa, esse não se abala, resiste até o fim. Ou vence ou é derrotado sem desdouro da profissão.

Não é garganta, é a verdade nua e crúa, entenderam?

SERIA UM BOLINA?

O bonde estava com a lotação vinte vezes excedida.

As lanquetas repletas. Havia gente de pé, gente dependurada.

— Seu estúpido!

Fôra um grito imprevisito, que provocou todas as attentões.

Que teria acontecido? Que objurgatoria tão ferina!

Empurrámos com os hombros cinco ou seis passageiros e chegamos ao banco de onde o grito partira.

Alli, vermelha como um lacre, deante de um cavalheiro já meio edoso, uma linda creaturinha, typo Giloca, esbravejava.

— Que pensa você de mim, seu velho tonto! Não sei onde estou que não lhe dê com o guarda-sol nas bitaculas!

— Molestaram-na, pois não?

— Esse sujeito...

O homem meio edoso, denunciando uma timidez sem simile, quiz explicar-se. Agora era connosco. Controlassemos o flagrante, dando as dimensões exactas.

— Foi um equívoco, meu caro senhor, um equívoco muito natural...

— Equívoco?

— Sim senhor. Senti um comichão na perna esquerda. Procurei instintivamente coçal-a e...

— Desembuxe.

... sem querer, dei com os dedos na perna dessa senhorita.

— Vá enganar-se com a perna de sua avó!

E o accusado, não obstante o aparte intempestivo, rematou com uma illação positivamente adoravel:

— Por isso que a comichão não me passava...

Teve o seu termo o incidente, sem maiores consequências.

O bonde parou. O cavalheiro edoso desceu: muito sério, muito senhor de sua razão.

Seria um bolina? Talvez não fosse — a vida é mesmo toda cheia de equívocos.

ORA, DIREIS...

Olhar as pernas? As pernas do proximo? Entretanto, ha muita gente que não quer outra vida e que é capaz de

perder o Bonde, a cabeça, o juízo, a consequência desse esporte.

Malucos, maniacos, o que quizerem. A verdade, porém, é que a classe é muito mais vasta do que se presume. Na hora da agitação urbana, quando os bondes recolhem, para o almoço ou para a janta, todo esse encantado mundo feminino, que procede das fabricas, das lojas, dos "ateliers" e mesmo dos dentistas, nessa hora ebulliente é que o reporter consegue crachar os indefectíveis adoradores das pernas.

Postam-se nas imediações dos pontos de parada. Pullulam como larvas. Premem-se.

E quando o pé feminino faz a curva do sólo ao estribo — pasma a Biblia — são mil olhares, como flexas de Aretino, que se solidarizam á portia do mesmo alvo.

Clamoroso o flagrante.

Um caso policial?...

Qualiquem-no os especialistas em questões sociaes.

Deixaremos aqui a these viva, mas livre de nossa sentença. Porque, o que é facto, é que muitos casamentos se fazem do pé pra mão... ou da perna no estribo, que seria, em sentido figurado, muito mais elucidativo.

AS PERNAS, NA VIDA URBANA

Encarando-se o assumpto com o devido equilibrio, chega-se á conclusão que a perna, na vida urbana, é sempre um motivo de sedução que um caso de utilidade pratica.

— Pernas, para que vos quero...

E, sem duvida, redundante tal afirmativa, dita por quem trilha a estrada da vida.

Não se conhece, até agora, meio de locomoção nem mais pratico nem mais em conta.

Ahi estão no cliché um punhado dellas, dignas de admiração, pelo lado esthetico e mais dignas ainda ao observador que as cataloga, sentindo-as no movimento do labor quotidiano que as dignifica, que as divinisa e que as torna intangiveis aos olhos desabusados dos basbaques amoraes e dos bolinos, que para esses deve existir um artigo no Codigo Penal.

Está provado que um bom reporter não vacilla, mesmo quando se colloca em antagonismo a uma classe perfeitamente estabelecida — a dos bolinos — sobre a qual, sem mais preambulos, péde as attentões policiaes.

BOLINAS & PAQUERAS NOS BONDES DA LIGHT

PARTICIPANDO DA HISTÓRIA

O Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo agradece às seguintes pessoas que têm colaborado com os esforços de reconstituição da história da empresa: **A.O. Catta Preta, Aramis Soares dos Reis, Donato Antônio Robortella, Edgar Panchirolli, Edison J.G. de Oliveira, Ernesto Horn Filho, Hildebrando Ferreira dos Santos, José Datysgeld, Luiz Roberto Muniz, Márcio Barleta, Reynaldo Bertolucci, Sérgio Hidalgo Peres e Wilson Duarte.**

ERRATA

No Boletim anterior, o 5, a charge da página 5 saiu sem o crédito: "Voltolino, O Pirralho, 1912, Biblioteca Mário de Andrade". E na página 14 as legendas corretas das fotos são: "Represa do Córrego do Bispo, construída em 1881 como parte das obras da Serra da Cantareira" (foto superior) e "Chafariz do reservatório da Liberdade, inaugurado em 1882" (foto inferior).



WILLIAM ROBERTO MARINHO LUTZ

1896 - 1986

Faleceu no último dia 7 de fevereiro um dos brasileiros que mais se destacaram na direção da antiga Light. Carioca, engenheiro electricista formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, Marinho Lutz considerava-se "um paulista de Carteira 19" por ter vivido os anos mais importantes de sua vida em São Paulo.

Chegando ao estado paulista em 1927, iniciou sua atividade profissional na Companhia Francana de Electricidade. Transferiu-se em seguida para a Companhia de Melhoramentos Urbanos de Batatais, mais tarde para a Companhia de Melhoramentos Urbanos de Piracicaba e para a Companhia Força e Luz de Carioba. Trabalhou ainda em Jaú e Campinas, no setor energético, sempre vinculado à área administrativa mais do que à de engenharia.

Convidado por Odilon de Sousa, transferiu-se para a Companhia Paulista de Força e Luz em 1937, deslocando-se para a capital. Algum tempo depois passou à Light, onde teve uma carreira brilhante, sendo nomeado Superintendente Geral Adjunto em 1949 e Diretor Geral Adjunto em 1956. Casado com Edith Marinho Lutz desde 1948, exerceu, paralelamente às atividades profissionais, os cargos de diretor da Associação Comercial de São Paulo e do Centro das Indústrias de São Paulo.

Aposentou-se em 1971, depois de realizar antiga aspiração: receber o título de cidadão paulistano, conferido pela Câmara Municipal.

A LIGHT E OS IMPOSTOS

Quando, em janeiro de 1908, mr. Walmsley, superintendente da Light, informava aos diretores da companhia que os assuntos da empresa vinham recebendo "a consideração mais cortês e honorável" das autoridades paulistas, não mencionava a luta em surdina que já se iniciara entre o Departamento Jurídico da Light, o Tesouro Municipal e a Recebedoria de Rendas do Estado em torno do pagamento de impostos.

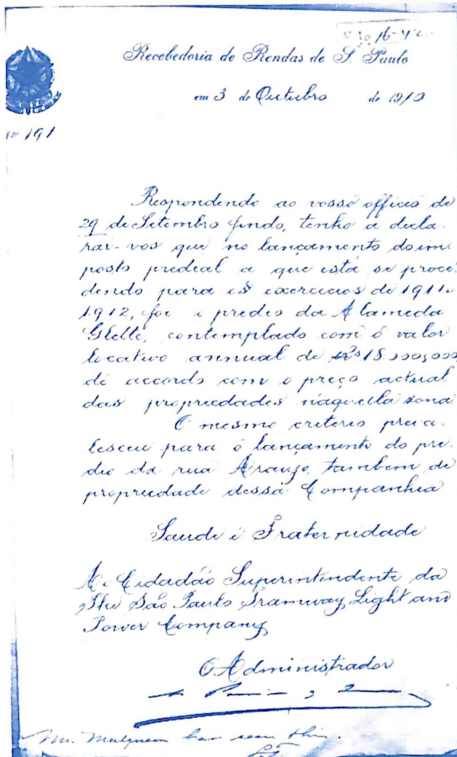
Numa primeira análise dos documentos do acervo histórico da Eletropaulo concernentes a impostos, observa-se que os múltiplos conflitos advinham fundamentalmente, por um lado, do desentendimento entre o poder público e a Light quanto à natureza dos serviços de produção e distribuição de energia elétrica e, por outro lado, da ausência de um sistema tributário nacional. No primeiro caso, as divergências residiam no fato de a Light considerar-se uma empresa prestadora de serviços e não uma fornecedora de mercadorias.

A partir desse quadro contraditório, não surpreendem os inúmeros memorandos internos trocados entre a presidência e o Departamento Jurídico e também a correspondência existente entre a Light e o poder público municipal e estadual, na tentativa de encontrar soluções legais para diversos impasses.

O argumento constantemente apresentado pela Light em sua defesa, até a década de 40, prendia-se ao artigo 19 do Contrato de Unificação, de julho de 1901. Esse artigo dispunha que a Light pagaria "os impostos e contribuições municipais de todo o gênero (...) relativos à tração, força e luz exclusivamente, (...) reunidos em uma só contribuição anual e pagos em prestações trimestrais do modo seguinte: cinquenta contos de réis nos dez primeiros anos e cem contos de réis nos restantes da concessão."

A interpretação desse artigo pela Light não se distanciava, é claro, da perspectiva usual do contribuinte: quanto menos imposto pagar, melhor. Pelo ângulo do poder público, no entanto, era difícil abrir mão da importante fonte de receita representada pela Light.

Os exemplos são inúmeros para ilustrar a longa rixa entre a Light e o poder público: desde a cobrança de imposto sobre automóveis (1921), imposto de publicidade (1915 e 1928), imposto por falta de muro (terreno da rua Helvétia, 1908), até a cobrança de imposto sobre "máquinas e objetos para instalações elétricas", por causa da exposição de eletrodomésticos nas vitrines da Light, visando aumentar a demanda de energia elétrica de uso domiciliar (1908).



Aviso de cobrança de imposto predial enviado à Light pela Recebedoria de Rendas de São Paulo

IMPOSTO SOBRE CADEIRA DE ENGRAXATE

Um dos exemplos mais elucidativos sobre a variedade de impostos exigidos à Light pelo poder público relaciona-se com a instalação de salões de barbeiro e de engraxate nas garagens de bondes, para garantir a boa aparência dos cobradores e motorneiros. Em memorando interno trocado entre o Departamento de Relações Públicas e a Superintendência de Viação da empresa em 1934, era explicitada a preocupação de "precaver-nos de responsabilidades sobre impostos a que tais serviços possam estar sujeitos". Segundo os esclarecimentos dos advogados da empresa, os salões de barbeiro e as cadeiras de engraxate não estavam, em princípio, sujeitos a imposto ou taxa federal. Mas, ainda que a Light não auferisse renda na prestação desses serviços, sobre eles incidiam o imposto de comércio estadual, que variava de Rs 30\$000 a 50\$000, e o imposto municipal por serviços: "uma cadeira de barbeiro, 50\$000; mais 25\$000 para cada cadeira adicional; uma cadeira de engraxate, 50\$000; mais 20\$000 para as adicionais; inscrição 15\$000, e sobre o total do imposto a taxa adicional de 5%, havendo mais uma taxa sobre o aluguel, cujo mínimo é de Rs 60\$000".

Essa desregrada situação de cobranças múltiplas começaria a ser superada com o Decreto-Lei n.º 2.281 de 1.º de janeiro de 1940, quando então a Light passou a pagar os impostos de consumo, de renda, de vendas e consignações de material elétrico, predial e territorial, ficando isenta, porém, dos demais impostos federais, estaduais e municipais. As mudanças introduzidas pela Constituição brasileira de 1946, em seu artigo 36, parágrafo único, conjugadas com as da Emenda Constitucional n.º 18 de 1.º de dezembro de 1965, representaram novos passos para o estabelecimento de um sistema tributário nacional unificado. Esses dispositivos legais, além de precisarem a distinção entre impostos, taxas e contribuições de melhorias, ratificavam que só à União, por meio de lei especial, e tendo em vista o interesse comum, competia decidir sobre a cobrança ou isenção de impostos aos serviços públicos concedidos. Em 1967, com a formalização do Sistema Tributário Nacional, chegou-se a definições ainda mais consistentes sobre os diversos impostos e os níveis de poder competentes para arrecadá-los. A energia elétrica passou a ser considerada como produto industrializado.

Entretanto, essas novas medidas fiscais já representavam o outro lado da moeda: indicavam que, pouco a pouco, o Estado brasileiro passaria a absorver as concessionárias de energia elétrica, o que ocorreria com a Light em 1979.

RELÍQUIA FASCISTA

Pouca gente sabe, mas existe na capital paulista, junto a um terreno da Eletropaulo, um monumento de 1929 que tem até fascio. A pretexto de homenagear aviadores italianos que cruzaram o Atlântico, ele exalta a "nova Itália" de Mussolini.

As cidades brasileiras não costumam tratar seus monumentos com muito carinho. Por isso, não surpreende encontrar uma bela estátua de Ícaro coberta de cartazes e esquecida numa das margens da represa de Guarapiranga, em São Paulo, junto à Usina Termoeletrica Piratininga, da Eletropaulo. Quem se detivesse para admirá-la, no entanto, logo perceberia que não se trata de um monumento comum.

Para começar, as inscrições afixadas estão redigidas em italiano. Na coluna de granito que suporta a escultura em bronze está inserida uma autêntica e milenar coluna romana. E ladeando-a destacam-se, ao alto, dois *fasci* (feixes de varas dos antigos litores romanos) parcialmente cobertos com a bandeira brasileira, evocando ambigüamente tanto a potência da antiga Roma quanto o símbolo consagrado do movimento antiliberal e nacional-imperialista de Mussolini, por isso conhecido como *fascista*. Se o observador, despertado por essas singularidades do monumento, decidisse investigar sua história, seria surpreendido com novas e reveladoras descobertas.

O PRIMEIRO PROJETO

Em maio de 1924, chegava à Câmara Municipal de São Paulo um pedido de licença para construir um monumento a Benito Mussolini numa das praças da capital. O pedido, encaminhado por uma comissão de imigrantes italianos através do vereador Almeirindo Gonçalves, suscitou viva reação, principalmente dos vereadores Henrique de Souza Queiroz e Luiz Pereira de Queiroz.

O debate logo transbordou o recinto da Câmara, e em 10 de maio de 1924 os vereadores recebiam uma representação da Liga Nacionalista, assinada por Vergueiro Steidel, protestando contra o "projeto infeliz". Depois de lembrar vultos nacionais que mereciam a homenagem com muito mais razão, a Liga concluía, incisiva: "Para nós, (Mussolini) é um político militante estrangeiro, que nada fez pelo bem da nossa pátria. Não representa sequer, aos nossos olhos, um modelo, um exemplo ou uma sugestão de liberalismo constitucional. A sua estátua, pois, numa praça de São Paulo, não teria para nós a mais ligeira significação patriótica, nem importaria em uma lição de liberdade brasileira." (1)

Diante da resistência, o projeto foi temporariamente abandonado. Dois anos depois, porém, o vereador Almeirindo Gonçalves, voltando de uma viagem à Itália, reabria a polêmica com um discurso veemente, proferido na Câmara em 24 de julho de 1926⁽²⁾. Referindo-se a Mussolini, declarava: "Depois de visitar a Itália, depois de sentir as palpitações dessa terra generosa, grande por si, grande pelo trabalho, pela inteligência bem aproveitada dos seus homens, mais vulto tomou no meu espírito a figura do grande estadista".

Retornando ao projeto do monumento, argumentava: "Tenho a honra de pertencer à Liga Nacionalista, desde a sua fundação. Mas, sr. presidente, ser nacionalista não quer dizer ser jacobino, como muito bem explicou, há tempos, a própria Liga, e não pode excluir, de maneira alguma, a profunda admiração que tenho por Mussolini, o maior estadista da actualidade". Continuando, indagava: "Seria, por acaso, razão, para que não permitíssemos que o monumento fosse erguido, tratar-se de um estadista estrangeiro? Também não, evidentemente (...). Garibaldi tem seu monumento no Jardim da Luz da nossa cidade e, ao que me conste, nunca contra isso se vociferou." E arrematando: "Mussolini não é figura menos fulgurante do que Garibaldi, na pátria italiana. Aquele é o unificador invencível. Este é o homem que, movido por um ideal incorruptível, oppõe-se, como um dique, à decomposição social; é o político que fez rejuvenescer, em todos os ramos da actividade, longa e pacífica, um povo que parecia desgastado pelos séculos; o estadista que impõe ao mundo uma nação de primeira grandeza; a individualidade, mundialmente famosa, que evitou o alastramento da chaga terrível, o bolchevismo, entre outros povos."

OS HERÓIS AERONAUTAS

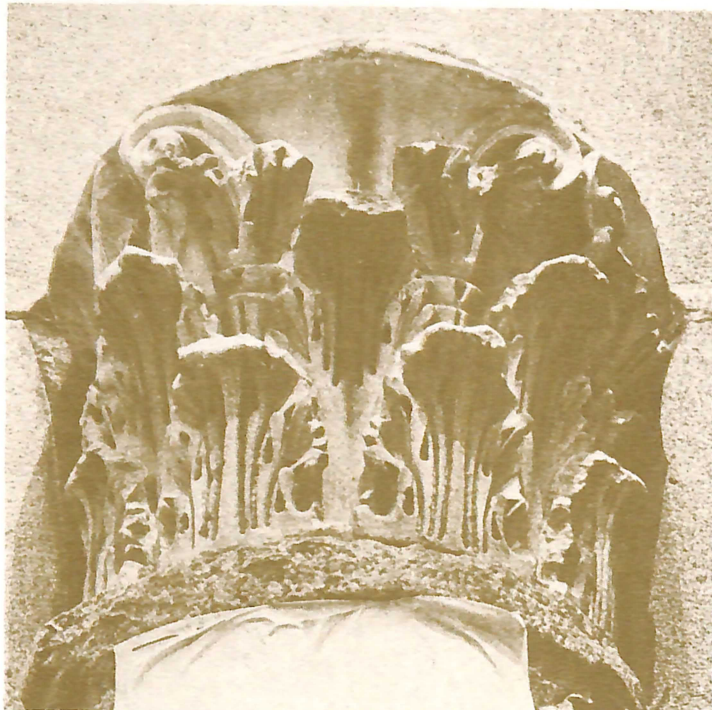
Mas a oposição ao monumento continuou tão apaixonada quanto a defesa de Almeirindo Gonçalves, e o projeto teve de ser novamente adiado. Nesse meio tempo, três italianos — o general Francesco de Pinedo, o piloto Carlo del Prete e o mecânico Vitale Zachetti — sobrevoam o Atlântico a bordo de um hidravião e descem na represa de Guarapiranga, então conhecida como represa de Santo Amaro, em 27 de fevereiro de 1927. Alguns meses mais tarde, a 1.º de agosto de 1927, um brasileiro, o comandante João Ribeiro de Barros, repete a façanha num aparelho com motores italianos.

Os feitos desses arrojados aviadores suscitaram emocionado e compreensível entusiasmo na população paulistana, especialmente na grande e influente colônia italiana. Foi então que a Sociedade Dante Alighieri teve a oportuna idéia de substituir a polêmica homenagem a Mussolini por um monumento aos "heróis da travessia do Atlântico", muito mais fácil de ser aceito, ainda mais porque seria construído em Santo Amaro, na época município autônomo e, portanto, desvinculado de qualquer controle por parte da Câmara Municipal da capital. ►

6 MONUMENTOS



O monumento esquecido junto à represa de Guarapiranga em São Paulo



Detalhe da coluna enviada por Mussolini

Para se entender o jogo político que se desenrolou em torno desses projetos de monumento, é preciso levar em conta que vivia em São Paulo a maior colônia italiana do Brasil. Segundo Mário Carelli⁽³⁾, “dos 3.390.000 imigrantes que desembarcaram no Brasil entre 1871 e 1920, mais de 1.373.000 eram italianos. A maioria deles se fixou no Estado de São Paulo”. O movimento fascista não podia negligenciar o peso dessa colônia. Um autor da época, Domenico Bartolotti, escreveu⁽⁴⁾: “O Fascismo tem a alta missão de reunir os italianos que se encontram no estrangeiro e o puríssimo encargo de manter acesa a chama do amor patriótico em todos os filhos da Itália (...). Devemos também tentar fazer com que o produto do labor de nossos irmãos não beneficie apenas o país estrangeiro que os acolhe, mas que direta ou indiretamente ele sirva à Pátria, esta Nobre Mãe, que não deve jamais ser esquecida.”

Contudo, havia entre os imigrantes acentuadas diferenças de região de origem, de condição social e de convicção ideológica. Por isso, ainda segundo o mesmo autor, “a criação do *fascio*, subvencionada pelo consulado, provoca discórdias em meio à colônia” de São Paulo e, “um ano após sua fundação, o *Fascio* só conta com 400 membros dentre os 300 mil compatriotas italianos da cidade (...) apesar do proselitismo do cônsul geral Mazzolini”⁽⁵⁾. Nesse contexto, o fervor patriótico despertado pelo vôo transatlântico do general De Pinedo foi utilizado como uma tentativa de ampliar a influência fascista e de unir a colônia de São Paulo em torno da “renascida” Itália de Mussolini.

Esse sentido do projeto é nítido. O escultor Ottone Zorlini, responsável pelo monumento afinal erigido à margem da represa de Guarapiranga, declarou com toda franqueza à imprensa da época: “Ideologicamente está enfeixada, naquele monumento, uma infinidade de símbolos, cada qual mais expressivo”. E ressaltava: “A junção ideal da época da Roma antiga às modernas conquistas que renovam e perpetuam a grandeza do passado, constitui a concepção geral da obra”⁽⁶⁾.

Outro episódio revelador: enquanto o monumento estava sendo erguido, foi descoberta em Roma, nas escavações do Fórum de Augusto, uma coluna milenar. Imediatamente, numa deferência toda especial, o próprio Mussolini, chefe do governo italiano, tomou a decisão de enviá-la a São Paulo para ser incrustada no monumento.

A FESTA DE INAUGURAÇÃO

Mais expressivas ainda foram as cerimônias de inauguração do monumento em 21 de agosto de 1929. Aproveitou-se a presença em Santos do navio de guerra italiano Trento, cujos oficiais e marinheiros compareceram ao ato. Estiveram presentes, também, associações de imigrantes italianos, como o Fâscio, os Veteranos e Inválidos de Guerra, além de representantes da Câmara de Comércio e diretores de jornais da colônia, como o “Piccolo” e o “Fanfulla”. Em nome das autoridades e imigrantes italianos, discursou o cônsul geral Serafino Mazzolini, que, aproveitando a presença, lado a lado, de marinheiros italianos e de pelotões do Exército brasileiro e da Força Pública paulista, prestou uma homenagem às gloriosas forças armadas do Brasil e da Itália, afirmando que “a solidariedade das armas é justamente a mais expressiva garantia da amizade pacífica entre os dois povos”⁽⁷⁾.

O jovem prefeito de Santo Amaro, Paulo Goulart, falou pelas autoridades brasileiras, e o engenheiro Alípio Borba encerrou o ato, como convidado especial e representante da Light. Seu discurso, dos mais aplaudidos segundo os jornais da época, depois de homenagear os filhos da Itália que colaboravam para o progresso do Brasil, lembrou as glórias italianas — da Roma imperial às contribuições então recentes no campo da eletricidade —, terminando por repetir, sob demorados aplausos, o lema predileto dos fascistas: “Alemanha, França e Estados Unidos, com outros países, disputavam em competição os louros do Século XX. Foi quando Marconi levantou-se, potente, de seu laboratório e, assombrando o mundo, fez com que a palavra italiana vencesse todas as fronteiras, transpusesse oceanos e desertos, vencendo qualquer obstáculo, e atravessasse o globo com o grito *Avante Itália!*”⁽⁸⁾.

Mais tarde, enquanto a banda de música do navio Trento arrebatava um público de 10 mil pessoas no Largo da Concórdia, no bairro italiano do Brás, o cônsul geral enviava a Mussolini emocionado telegrama: “Os italianos de São Paulo, inaugurando na presença dos bravos marinheiros do Trento, mensageiros da renascida potência da Pátria longínqua, o monumento que lembra o vôo vitorioso de De Pinedo, enviam a V. Excia., que quis a asa tricolor dominadora do céu, a sua devota e agradecida saudação”⁽⁹⁾.

Felizmente, os duros combates travados pelas forças democráticas em todo o mundo não permitiram que as asas fascistas dominassem sequer os céus da Europa. E, assim, o monumento de Guarapiranga foi relegado a conveniente abandono, como relíquia esquecida de uma era que brasileiros e italianos amantes da liberdade esperam que não volte nunca mais.

Aviso de cobrança de imposto predial enviado à Light pela Recebedoria de Rendas de São Paulo

(1) Atas da Câmara Municipal, 1924, 17.ª Sessão Ordinária, 10 de maio de 1924.

(2) Atas da Câmara Municipal, 1926, 27.ª Sessão Ordinária, 24 de julho de 1926.

(3) CARELLI, Mario — Carcamanos e Comendadores — Os italianos de São Paulo: da realidade à ficção (1919-1930), trad. Lígia Vassallo, Editora Ática, São Paulo, 1985, p. 22.

(4) BARTOLOTTI, Domenico — L'Oro Verde del Brasile, citado por M. CARELLI, obra mencionada, p. 68.

(5) *Ibidem*, p. 68.

(6) Ver Diário de São Paulo, 21 de agosto de 1929.

(7) Ver Fanfulla, São Paulo, 22 de agosto de 1929.

(8) *Ibidem*.

(9) *Ibidem*.



- T.S.P.T.L & P.C.L. -

ELECTRIC TRUCK EXPRESS BODY
& LADDERS For LAMP INSPECTION

December, 1928 - No. 1185

LOTERIA NO BONDE

Os bilhetes premiados da Light

Andar de bonde e participar do sorteio mensal de valiosos prêmios em dinheiro: era o que a Light oferecia a seus ilustres passageiros em 1907 e 1908, através de um bilhete numerado, fornecido pelo condutor do bonde.

O montante distribuído mensalmente atingia Rs. 2:000\$000⁽¹⁾, e os prêmios não procurados até o final de cada ano eram destinados a instituições de caridade.

Os bilhetes eram produzidos pela Sociedade de Artes Graphicas, que veiculava propaganda comercial no verso e premiava os patrocinadores dos bilhetes sorteados.

Recebida com elogios, críticas e até brincadeiras, a campanha teve início em 1.º de agosto de 1907. Fanfulla e II Secolo, jornais da colônia italiana, depois de associar a iniciativa ao "detestabile giuco del bicho", anteviram o dia em que cartas fúnebres numeradas também viessem a premiar os convidados a fétros com um "caixão de primeira classe". Além do que, ocorriam contratemplos pela recusa de alguns passageiros a aceitarem os bilhetes e pela demora na cobrança das passagens, principalmente nos dias e nas horas de grande movimento.

O volume de passageiros não aumentou consideravelmente, nem foi alcançada maior eficiência na fiscalização. Por desinteresse ou por descuido de passageiros, foram doados a entidades assistenciais Rs. 3.750\$000 de prêmios não procurados. A medida foi, então, suspensa no final de julho de 1908.

Hoje, um raro exemplar daqueles bilhetes se encontra no Museu CMTC dos Transportes Coletivos.

(1) Para comparação: a Loteria Paulista anunciava no mesmo ano prêmios no total de Rs. 12.000\$000 (12 contos de réis), segundo Ricardo Ramos, em Do Reclame à Comunicação, Pequena História da Propaganda no Brasil, São Paulo, Atual Ed., 1985, 3.ª ed., p. 21.

DIARIO POPULAR
1 de Agosto de 907

A Light iniciou hoje, como estava anunciado, o seu serviço de distribuição de coupons aos passageiros de todas as suas linhas, isto é, cada passagem dá direito a um coupon, proporcional ao dia 3 de cada mês ao sorteio dos dezesseis prêmios, de 500\$000, 500\$, 100\$000, 100\$, 50\$, 50\$, 25\$, 25\$, 10\$, 10\$, 5\$, 5\$.

DIARIO POPULAR
4 de Set. de 1907

Sorteio da "Light"

Realizou-se hontem, ás 4 horas da tarde, numa das dependências da Light, o sorteio dos coupons distribuidos por essa companhia durante o mez findo.

O acto teve a assistencia dos srs. Nicolau Barneil, vereador municipal; dr. Vaz de Oliveira, representando o sr. prefeito municipal; Womley, superintendente da Light; dr. Alípio Borba; cav. E. F. Leili, presidente da Sociedade Artes Graphicas, um representante desta folha e outras pessoas.

A extração foi feita em uma urna gyrotoria especialmente construida, tendo sido premiados os seguintes numeros:

Dois premios de 500\$000: 1.458.554 e 0.221.111. Cinco premios de 100\$000: 1.369.118, 1.316.217, 1.599.310, 0.750.245 e 1.845.794. Dez premios de 50\$: 1.678.287, 1.089.737, 1.520.042, 0.681.639, 0.368.846, 0.312.262, 1.776.332, 0.016.908, 0.179.783, 1.182.339.

DIARIO POPULAR
3 de Set. de 907

Os «coupons» da Light

Com a presença do dr. Vaz de Oliveira, inspector da viação da Light, representantes da imprensa e outras pessoas, realisa-se hoje, ás 4 horas da tarde, o sorteio dos coupons que a mesma ofereceu, durante o mez de Agosto, aos passageiros dos seus bondes.

Sabemos que os negociantes que annunciam no avesso desses coupons oferecerão um mimo ás pessoas que apresentarem cem dos mesmos, não premiados, com reclame dos seus estabelecimentos.

COM. DE S. PAULO
10 de set. de 1907

A companhia Light and Power pagou os seguintes premios dos coupons de Agosto:

A d. Cecilia Fortes Monteiro, 500\$; ao dr. Horacio Sabino, 500\$; ao sr. Antonio Cajado Lemos, 100\$; ao sr. Domenico Feran, 100\$; ao sr. Francisco Peixoto, 100\$; ao sr. José Marinho, 100\$; ao sr. Carlos Braga, 100\$; ao sr. Julio Ferrarri, 50\$; a d. Estephania Braga Corrêa, 50\$; ao sr. Luiz Kuppel, 50\$; ao sr. Luiz Vieira de Almeida, 50\$; ao sr. Cruetz Mazz, 50\$; ao sr. João Antonio dos Passos, 50\$; ao sr. Miughini Claudio, 50\$.

PAO NOSSO...

HISTORIAZINHA DOS PASSES DA LIGHT

Quem vê os bondes apinhados de homens, mulheres e crianças, com pintetes no estribo, mesmo nos da entrada e, quando Deus é servido, com malucos encarpitados na cobertura dos carros, pode ser levado a acreditar que a Light sempre teve essa tão conspicua freguesia de passageiros.

Mas quem assim pensar errará recondamente. A simpática empresa canadense iniciou seus serviços nesta Capital ali por 1906, com sincera satisfação para quase todos os locais paulistanos. Digo quase porque alguns espiritos conservadores, habituados às docuras dos bondinhos da Viação Paulista, puzados por uma parelha de liricos muars, não viram com bons olhos a sua substituição por amplos, limpos e rapidos veiculos movidos a força electrica. Manhosamente alegaram um sagrado horror aos desastres.

Então a bondosa Light, levando em conta a reserva dos tímidos, importou meia dúzia de tecnicos em accidentes. O serviço dessas abnegadas criaturas era ficar estateladas no meio da linha, expressamente para serem apanhadas pelos bondes a 8 pontos a ensinarem o publico a ser espatifado com toda a tecnica. Devo esclarecer que, naquele tempo, os carros electricos eram providos de limpa-trilhos que mais pareciam berços. Nêles, os benguetos empregados deixavam-se cair, de pernas para o ar, serenamente através a duas braças de distancia, incoolumes, eões como um peixe.

Só eles, porém, eram peritos em desastres. E não fizeram escola. Alguns amadores inexperientes, na hora de imitá-los, deram provas de incapacidade e ficaram lamentavelmente esmagados sob as rodas do veiculo. Mas nos primeiros anos, como adiantamos no começo desta cronica, a Light, embora pareça abusar do termo paulistanos de nossos dias, lutava com escassez de passageiros que valiam por autentica loteria. Eram lindamente estarpados. Pareciam muito mais com dinheiro do que os moftnos passes de hoje. E deles não havia inflação.

No reverso do recibo encontrava-se um aviso: "E' conveniente guardar este recibo até o fim do mês. Quem sabe se não vai ser ele um dos premiados? Cada mês são distribuidos 17 premios". Vejã o outro lado do "coupon". Nesse outro lado, vinha a lista dos premios, de 500\$ a 50\$. Diante de documento tão convincente, as pessoas que a principio manifestavam medo da Light passaram a viajar nos seus bondes. Se não morressem, poderiam alcançar como premio de tamanha audacia uma nota de 500 mangos que, em 1906, valia cerca de cinquenta libras esterlinas, com o São Jorge e a effigie da veneranda Rainha...

AFONSO SCHMIDT

Jornal de São Paulo, 29 de agosto de 1946





Plenário da Constituinte em 1.º de fevereiro de 1946: início dos debates

A LIGHT E A CONSTITUINTE DE 1946

No dia 30 de agosto de 1946, o Rio de Janeiro, capital da República, foi palco de uma série de tumultos. Em diversos pontos da cidade houve manifestações e depredações de casas comerciais. O jornal *Correio da Manhã*, noticiando os fatos, dizia: "As últimas horas de ontem, a cidade passou a viver em um ambiente de extrema agitação, que se prolongou até altas horas da noite, cujo habitual silêncio era quase que ininterruptamente cortado pelo silvo das sirenes dos carros policiais, ou pelo vozerio da população alarmada e curiosa que afluía aos grupos para as ruas, procurando inteirar-se do que de anormal havia (...) A princípio, a dúvida pairava no espírito de todos. Tudo era confusão. Correrias, gritos, pedradas, pauladas e a voz de: Quebra! (...) Depois de terminadas as manifestações no centro, os manifestantes se dirigiram em bondes rumo ao Catete... Nos mesmos bondes em que vieram, prosseguiram viagem rumo a Copacabana, onde continuou o alvoroço."⁽¹⁾

O movimento, inicialmente estudantil e contra a carestia de vida e a falta de produtos, acabou por envolver outros setores. Um articulista de O Estado de São Paulo, analisando as manifestações, alegava: "Houve, sem dúvida, muita gente do povo que, previda pelas durezas de uma quase desesperadora situação econômica, se meteu no movimento espontaneamente. No entanto, por entre os estudantes e o povo, apareceram certas figuras que incitavam os ânimos e davam um pouco de coordenação às agitações."⁽²⁾

O Diário de Notícias divulgou que um alto funcionário da Light colocou à disposição de elementos que participaram do quebra-quebra vários bondes especiais.⁽³⁾

A CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLÉIA

A partir de 1942/43, depois de vários anos de ditadura, as forças políticas de oposição começam a se rearticular numa ampla frente democrática contra o "Estado Novo". No primeiro semestre de 1945, o movimento democrático chega ao auge e é rompida a censura à imprensa. A 28 de fevereiro, Vargas decreta o Ato Adicional n.º 9, fixando o prazo de 90 dias para a marcação das eleições. No dia 18 de abril é conquistada a anistia, e a 28 de maio, é decretado o novo Código Eleitoral Brasileiro, regulamentando a formação dos partidos políticos e o sistema eleitoral, ao mesmo tempo em que fixa, para 2 de dezembro de 1945, as eleições presidenciais e parlamentares para a Assembléia Nacional Constituinte.

Nas eleições de 2 de dezembro, num clima de grande euforia democrática, mais de seis milhões de cidadãos vão às urnas eleger seus candidatos. Doze partidos disputam as eleições para a Presidência da República, a Câmara e o Senado. O candidato do PSD, General Dutra, foi eleito para a presidência com 55% dos votos, e os 320 parlamentares eleitos (177 do PSD, 87 da UDN, 24 do PTB, 15 do PCB e 17 dos demais partidos) comporiam a Assembléia Nacional Constituinte, instalada a 2/2/1946. Apesar de contar com a representação das principais correntes políticas do país, a composição da Constituinte refletia o peso dos grandes empresários, fazendeiros e dos setores vinculados ao regime ditatorial deposto. A 18 de setembro de 1946, depois de quase seis meses de debates, era promulgada a nova Constituição.

Em função dos tumultos, começaram a correr boatos da decretação de "estado de sítio", supressão da soberania da Assembléia Constituinte ou até mesmo seu possível fechamento. Enquanto isso, no dia seguinte e em sessão extraordinária, os constituintes denunciaram a ação da polícia, sob o comando do prof. Pereira Lyra (ex-consultor jurídico da Light). Este usou e abusou da violência, aproveitando o pretexto da situação de tumulto para reprimir e invadir residências e sedes partidárias oposicionistas e prender inclusive um deputado, além de espancar e prender jornalistas (dos Diários Associados, Folha Carioca, Diretrizes) e outras lideranças políticas, como por exemplo o advogado Adauto Lúcio Cardoso. O então deputado Café Filho (PSP — R.N.) da tribuna da Assembléia denunciava: "Os manifestantes chegaram em Copacabana em bondes fornecidos pela Light".⁽⁴⁾

Neste mesmo clima, nos dias 30 e 31/08, estavam sendo votados na Constituinte os artigos 151, 152 e 153 da futura Constituição do país. Esses artigos diziam respeito ao regime de empresas concessionárias de serviços públicos federais, estaduais e municipais; às minas e demais riquezas do subsolo, bem como às quedas d'água e sua propriedade para efeito de exploração; ao aproveitamento dos recursos minerais e de energia hidráulica e sua autorização e concessão. Portanto, estavam sendo discutidas e votadas na Constituinte questões de importância fundamental, envolvendo grandes interesses e altos negócios. As decisões que estavam por serem tomadas pelos constituintes diziam respeito aos negócios e privilégios da Light e outras grandes empresas (Bond & Share, Standard, Hanna etc.), além de mexer diretamente com seus interesses no Brasil. Para defendê-los, a Light e outras multinacionais mobilizaram meios de comunicação, deputados, senadores etc. Além disso, contaram com os préstimos do chefe de polícia, prof. Pereira Lyra, nos tumultos do dia 30 de agosto e outros, em que políticos opositores dos seus interesses sofreram repressão. ►



Arquivo Nacional

Populares em frente ao Palácio Tiradentes em 18 de setembro de 1946: promulgação da Constituição

O conflito de interesses girava em torno de algumas questões básicas. De um lado, as propostas dos constituintes nacionalistas: "nacionalização das empresas concessionárias de serviços públicos federais, estaduais e municipais"; as tarifas dos serviços explorados por concessão serem "calculadas à base do custo histórico"; autorização ou concessão federal para o aproveitamento dos recursos minerais ou de energia hidráulica; etc. De outro, um grupo de deputados e senadores, formando uma espécie de lobby favorável ao capital internacional, opunha-se a estas propostas.

O primeiro projeto de Constituição, submetido ao debate da Assembléia Constituinte, no seu artigo 164, parágrafo 7.º, dizia: "A lei regulará a nacionalização das empresas concessionárias de serviços públicos federais, estaduais e municipais. Será determinada a fiscalização e a revisão das tarifas dos serviços explorados por concessão, a fim de que, calculadas com base no custo histórico, os lucros dos concessionários, não excedendo à justa remuneração do capital, lhes permitam atender às necessidades de melhoria e expansão desses serviços. A lei se aplicará às concessões feitas no regime anterior de tarifas, estipuladas para todo o tempo de duração do contrato".⁽⁵⁾

Contraopondo-se a este projeto, os constituintes do lobby apresentaram emendas, alterando-o. Depois de exaustivas discussões, no clima dos dias 30 e 31/08, o projeto aprovado com modificações ficou com a seguinte redação: art. 151 — "A lei disporá sobre o regime das empresas concessionárias de serviços públicos federais, estaduais e municipais". Parágrafo único — "Será determinada a fiscalização e a revisão das tarifas dos serviços explorados por concessão, a fim de que os lucros dos concessionários, não excedendo a justa

remuneração do capital, lhes permitam atender às necessidades de melhoramentos e expansão desses serviços. Aplicar-se-á a lei às concessões feitas no regime anterior, de tarifas estipuladas para todo o tempo de duração do contrato".⁽⁶⁾ Desapareciam ou eram derrotadas, assim, as propostas que envolviam a nacionalização e o custo histórico.

Já o artigo 153 gerou acirrados debates e sua redação originária sofreu modificações profundas. No parágrafo quarto do projeto anterior, os partidários das empresas multinacionais suprimiram a seguinte proposição: "A lei regulará a nacionalização progressiva das minas, jazidas minerais e quedas d'água ou outras fontes de energia hidráulica, julgadas básicas ou essenciais à defesa econômica ou militar do país".⁽⁷⁾ Outra discussão acesa girou em torno do aproveitamento dos recursos minerais e de energia hidráulica dependerem de autorização ou concessão federal. Alegava-se contra isso que, sendo a concessão federal, ela seria atentatória à autonomia dos estados e municípios. A redação final acabou deixando margem a interpretações dúbias.

Também o parágrafo primeiro do projeto primitivo sofreria alterações. Sua redação original era: "As autorizações ou concessões serão conferidas exclusivamente a brasileiros ou empresas organizadas no Brasil, ressalvada ao proprietário preferência na exploração ou co-participação nos lucros".⁽⁸⁾ Alegando o nacionalismo estreito e prejudicial ao capital estrangeiro, alguns constituintes justificam sua posição, contrária ao parágrafo, com o seguinte argumento: "Devemos dar todas as garantias normais e tranqüilidade ao capital estrangeiro".⁽⁹⁾

O clima e as decisões tomadas naqueles dias seriam bem definidos por Osny Duarte Pereira: "Vê-se, portanto, que os interesses das empresas de eletricidade foram regulados sob um clima em que uns votaram servindo conscientemente ao imperialismo, outros aterrorizados com a possibilidade da implantação de uma ditadura militar, ante a situação criada na Capital da República e os boatos que circulavam nos corredores do Palácio Tiradentes de fechamento da Constituinte, referidos pelo próprio líder da maioria em plenário, e ainda outros apavorados com o comunismo e como compensação aos monopólios, para não lhes desampararem os desígnios".⁽¹⁰⁾ ►

- 1 - "Uma Vastíssima Desordem Generalizada", Correio da Manhã, R.J., 31/08/1946. (Os gritos são da redação do Boletim Histórico)
- 2 - OLIVEIRA, Rafael Corrêa de — "A dura verdade dos fatos", O Estado de São Paulo, S.P., 01/09/1946
- 3 - "A Light auxiliou os promotores da desordem", Hoje, S.P., 02/09/1946.
- 4 - Anais da Assembléia Constituinte, 150ª sessão, 31/08/1946. Departamento de Imprensa Nacional, R.J., 1948/50, vol. XXIII, pág. 315.
- 5 - Idem, 80ª Sessão, 10/06/1946, volume XII, pág. 97.
- 6 - DUARTE, José — A Constituição Brasileira de 1946. R.J., Imprensa Nacional, 1947, vol. III, pág. 152.
- 7 - Diário de Notícias, R.J., 23/03/1946.
- 8 - Idem.
- 9 - Anais da Assembléia Constituinte, 90ª Sessão, 25/06/1946. op Cit, vol. XVI, pág. 111.
- 10 - PEREIRA, Osny Duarte — Que é a Constituição. R.J., Civilização Brasileira, 1964, pág. 231. (Cadernos do Povo Brasileiro, 23).

CAPITAL ESTRANGEIRO EXIGE GARANTIAS

(Para a "Folha de Manhã")

Olimpio GUILHERME

O "Custo Histórico" seria um absurdo e um crime contra a necessidade do desenvolvimento do país

"Uma injustiça, senão um confisco" — Foi a síntese do deputado Horácio Lafer ao combater o jacobino critério em entrevista aos "Diários Associados"

Não pode prevalecer o critério exclusivo do "custo histórico"

O MALOGRO DO "CUSTO HISTÓRICO" NA CONSTITUINTE

Assis Chateaubriand

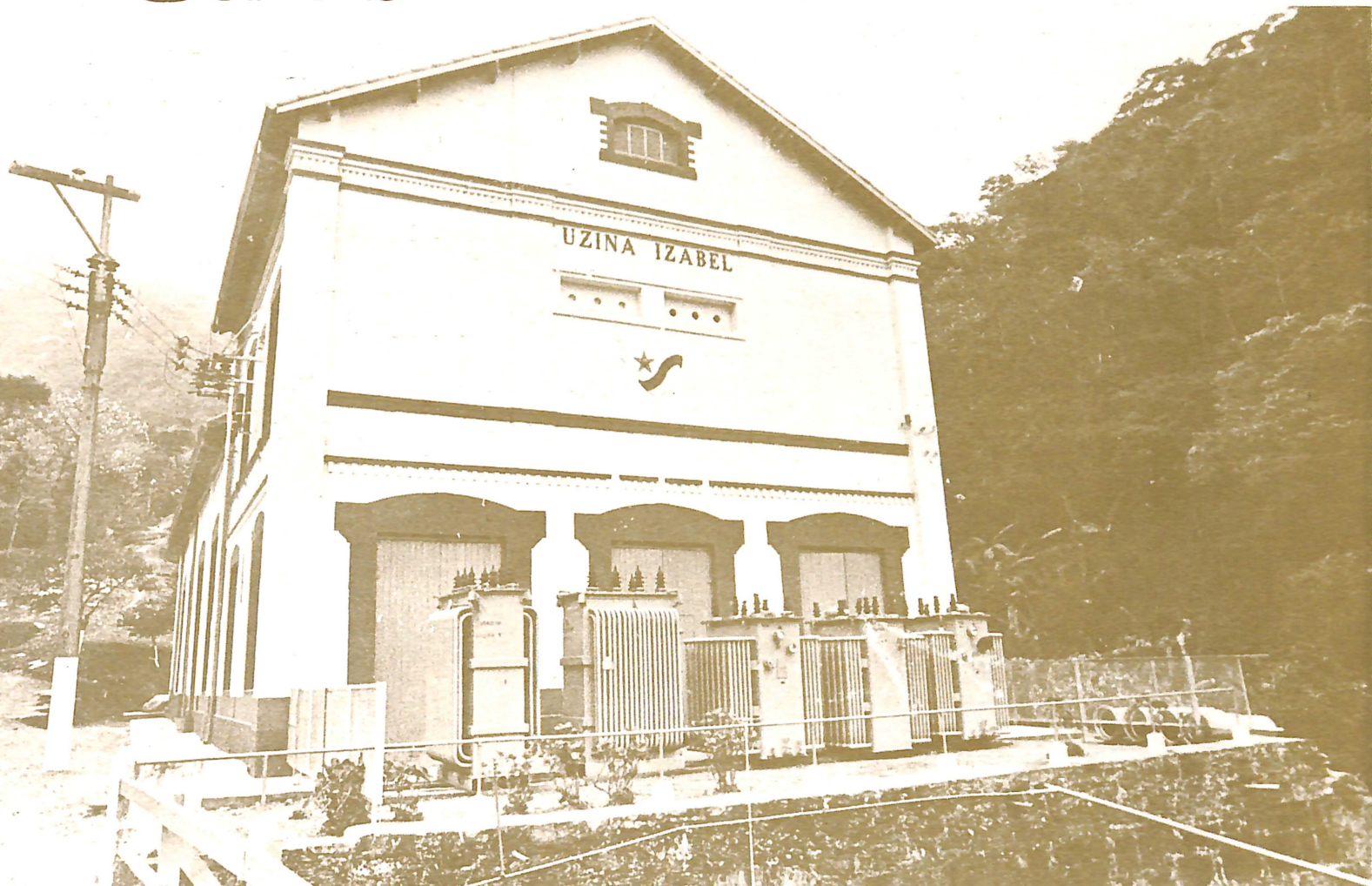
A CONTROVÉRSIA DO CUSTO HISTÓRICO

Durante os trabalhos da Constituinte, em 1946, uma das questões mais controversas girou em torno dos critérios para os cálculos das tarifas das empresas de serviços públicos, sobretudo das concessionárias da área de energia elétrica. Duas posições se definiram durante as discussões e votação: um grupo de constituintes defendendo o critério do "custo histórico" e outro, o da "justa remuneração do capital".

Os que defendiam o critério do "custo histórico" alegavam que os cálculos das tarifas (como para uma possível encampação) deveriam basear-se no valor original do capital realmente investido nas instalações (de usinas, barragens, equipamentos), menos a depreciação. E justificavam, dizendo "que à empresa de serviço público não se pode atribuir a liberdade de movimentação definida à empresa privada que explora o livre mercado, sujeita às vicissitudes da oferta e da procura... que, geralmente, essas companhias exploram monopolisticamente o serviço público... que concessionários de serviços públicos usufrutam lucros excessivos que oneram a bolsa popular".⁽¹⁾ Portanto, o "critério do custo histórico" é que deveria ser usado como base para a remuneração do capital.

O grupo contrário argumentava que, se adotado o critério do "custo histórico", ele limitaria a expansão e melhoramentos dos serviços, além de ser um fator de desestímulo à aplicação de capital estrangeiro no setor energético e outros serviços públicos no país. Venceu a proposta da "justa remuneração do capital".

(1) Intervenção do Deputado Vieira de Melo na 150.ª Sessão de 29.08.1946. Anais da Assembléia Constituinte. Rio de Janeiro, Depto. de Imprensa Nacional, 1948, Vol. XXIII, p.177.



A RESTAURAÇÃO DE IZABEL

A histórica usina de Pindamonhangaba volta a funcionar em breve, inteiramente recuperada.

Depois de um minucioso trabalho de restauração feito por peritos da Eletropaulo, volta a funcionar a antiga Usina Izabel. Essa restauração se dá dentro de uma política que vem sendo levada a efeito pela empresa, de reativar antigas unidades geradoras situadas em zonas rurais, em função da vantagem econômica e cultural que isso representa⁽¹⁾.

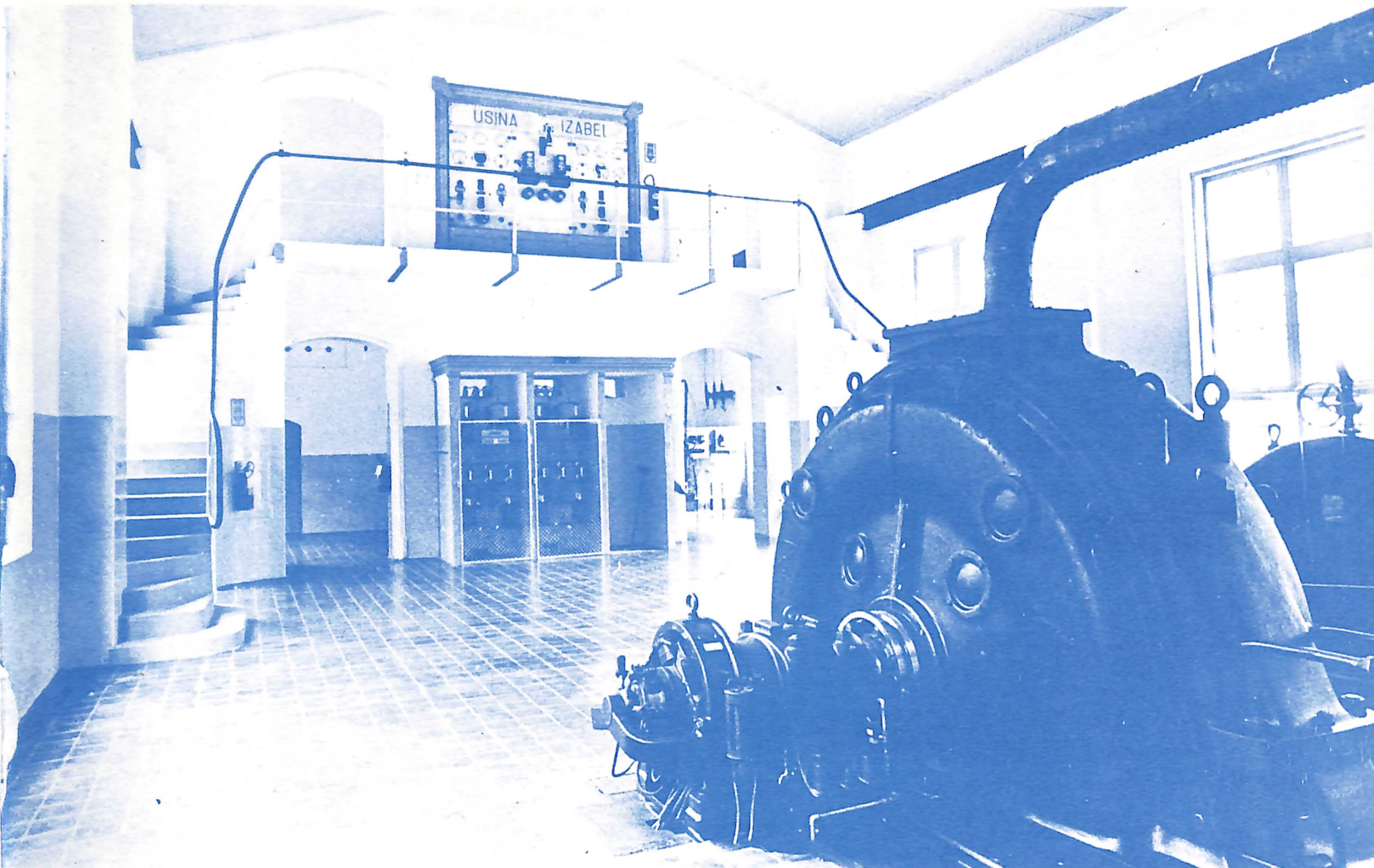
Situada no município paulista de Pindamonhangaba, no local denominado Cachoeira do Sacatrapo, no rio do mesmo nome, a Usina Izabel foi inaugurada em 1915, com capacidade geradora inicial de 2.640 kw. Com represamento no alto da Serra da Mantiqueira, perto da cidade de Campos do Jordão, o desnível natural do reservatório até o jato da turbina é de 998 metros e a queda utilizada entre o tanque de compensação e o jato da turbina é de 931 metros.

Izabel é o nome da esposa do construtor da usina, Ataliba Vales. Este pioneiro constituiu a Empresa de Eletricidade São Paulo e Rio, em 17 de junho de 1911, com o objetivo de fornecer energia elétrica aos municípios de Taubaté, Tremembé e Lorena⁽²⁾, incorporada pela São Paulo Light S.A. Serviços de Eletricidade em 1967, juntamente com outras pequenas concessionárias.

A distância entre a Usina Izabel e a Subestação de Pindamonhangaba é de 28 km. Em 1929 foi ligada em paralelo com a Usina Sodrê, que alimentava Guaratinguetá e Aparecida; com a Usina Bocaina, que alimentava Cachoeira Paulista e Cruzeiro; e com o sistema de Usinas da Light, através da Subestação de Pindamonhangaba. Uma das unidades geradoras da usina operou até 1974, e a outra até 1979. No ano seguinte, foi elaborado o projeto de recuperação, envolvendo toda a parte de reservatórios, equipamentos e arquitetura.

A RECUPERAÇÃO DO MAQUINÁRIO

O maquinário da usina atende às características de queda elevada e pequeno volume de água: duas turbinas Pelton, fabricadas pela J.M. Voith, de 2.200 HP cada, acopladas a geradores Siemens-Schuckert, de 1.650 kVA e 60 Hz. A excitatriz é Siemens-Schuckert, com 15 kw de potência nominal, operando a 720 rpm. Para a manutenção e instalação dos equipamentos, dispõe a usina de uma ponte de 10 toneladas. ►



O desnível de 931 metros é realizado através de uma tubulação forçada, com um comprimento total de 2.414 metros, tubos de seção circular e diâmetro de 0,50 no topo e 0,40 na chegada da usina. Os equipamentos foram instalados em 1928 e completamente restaurados pelo Departamento de Usinas Elevatórias de acordo com o projeto de recuperação de 1980, tendo sido mantidas todas as características originais.

ARQUITETURA SIMPLES

Na parte referente à arquitetura, foram restauradas as casas da Vila Residencial e suas respectivas áreas envoltórias, delimitando-se com cercadura viva as áreas de serviço de cada residência. O edifício que abriga os equipamentos de geração também passou por trabalhos de restauração. Nesses trabalhos, procurou-se manter as características arquitetônicas originais.

Os edifícios que compõem a Vila Residencial e a casa de força não têm vínculos estilísticos com nenhuma corrente arquitetônica. São prédios de alvenaria de tijolo, construídos entre 1911 e 1915, com ornamentação simples, característica de mão-de-obra de mestres empreiteiros. Esse fato não desmerece, porém, o conjunto que, dentro da simplicidade de soluções arquitetônicas, integra o patrimônio histórico e cultural da região.

MUSEUS VIVOS

Concluída a restauração, a usina entrará em paralelo no sistema de transmissão de energia, acrescentando uma carga de cerca de 3.300 kw, a um custo relativamente baixo quando comparado com o da construção de uma nova usina.

Izabel integra um contexto que abrange outras míni-usinas, que representarão, quando totalmente restauradas, além de fontes adicionais de energia elétrica, museus vivos de tecnologia em uma região que só atingiu o atual nível de industrialização e desenvolvimento tecnológico e agropecuário graças à implantação dessas usinas pioneiras.

(1) Ver a respeito entrevista do engenheiro Reynaldo Maffei no Boletim Histórico n.º 2.
(2) Ver estatutos arquivados na Junta Comercial de São Paulo sob n.º 1.456.



Vila Residencial da usina

A IMPORTÂNCIA DE SÃO PAULO PARA A LIGHT



“Pro diabo que os carregue!”

Até hoje o engenheiro Catullo Branco exalta-se quando discute o papel da Light e da Bond & Share no desenvolvimento brasileiro.

Catullo Branco nasceu em São Paulo em 1900, transferindo-se com a família para a Bélgica em 1910. Voltou para o Brasil em 1914, ingressando na Escola Politécnica de São Paulo em 1918 e formando-se em 1924. Entrou para os quadros técnicos da Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo em 1928, aí permanecendo por 30 anos, até a aposentadoria. Como funcionário da Secretaria, tornou-se um dos especialistas brasileiros mais conceituados na área de energia hidrelétrica, participando da elaboração de importantes projetos, como o da Usina de Caraguatatuba em 1938 e da Usina de Barra Bonita em 1942.

Foi também como funcionário consciencioso e representante do poder público que entrou em conflito com erros e desmandos da Bond & Share e da Light, como no controvertido problema causado pelas inundações da região varzeana da capital paulista, decorrentes da solução dada pela Light à utilização do rio Tietê. Essas divergências acabaram transformando-o num dos opositores mais intransigentes da atuação dessas empresas estrangeiras no país, levando-o a participar do movimento da Aliança Nacional Libertadora em 1935 e a eleger-se deputado à Constituinte Estadual de São Paulo em 1946 na legenda do Partido Comunista.

Preso e cassado no ano seguinte, não abandonou suas convicções nacionalistas. De seu posto na Secretaria de Viação e Obras Públicas, continuou a opor-se aos projetos da Light e da Bond & Share, que considerava nocivos aos interesses nacionais e populares. Publicava, de tempos em tempos, artigos de denúncias em jornais ou em revistas especializadas, como a do Instituto de Engenharia do Estado de São Paulo. Recentemente, sistematizou suas experiências e opiniões no livro Energia Elétrica e Capital Estrangeiro no Brasil, editado em 1975, e no importante folheto Enchentes em São Paulo, escrito em colaboração com a socióloga Paula Beiguelman, publicado em 1985.

Sobre suas atividades e as origens e desenvolvimento da indústria da eletricidade no Brasil, Catullo concedeu ao Departamento de Patrimônio Histórico da Eletropaulo extenso depoimento, do qual transcrevemos algumas passagens:

BOLETIM HISTÓRICO - Como o senhor se vinculou ao setor de energia elétrica?

CATULLO BRANCO - É fácil imaginar o conhecimento que tinha quando saí da Escola Politécnica. Estava convencido de que a sociedade se dividia em duas classes: os que sabiam cálculo integral e os que não sabiam. Em matéria de sociologia e política, eu era completamente atrasado. Assim, primeiro tratei de ganhar minha vida. Além disso, casei-me, tinha de trabalhar.

Entrando para a Secretaria da Viação, fui trabalhar na Inspetoria de Serviços Públicos, uma organização do Estado que acabava de ser montada. Os trabalhos de Anhaia Mello, que tinha sido meu professor de geometria descritiva na Escola Politécnica, levaram-no a organizar um curso sobre serviços públicos. Decidi, com grande entusiasmo, assistir ao curso, ministrado no Instituto de Engenharia. Anhaia Mello era um homem mais do que conservador, até certo ponto reacionário. O Instituto de Engenharia era controlado por industriais ricos, um ambiente ultraconservador. Mas o pessoal se assustou com esse capitalismo selvagem que eles não conheciam. Então incumbiram o Anhaia Mello de deixar o problema bem às claras. Ele era um homem inteligente, muito bom professor, deu o curso e redigiu um livrinho que se tornou famoso: *O Serviço de Utilidade Pública*.

O serviço de utilidade pública, argumentava Anhaia Mello, funciona na base do monopólio, pelo menos de fato. Não vivendo da livre concorrência e da lei da oferta e da procura, precisa ter uma tarifa controlada. Então a coisa ficou muito clara, e foi com essa diretriz que foi criada a Inspetoria de Serviços Públicos, exatamente para controlar as empresas de serviços públicos, sobretudo as de energia elétrica.

BH - Foi nesse contexto que surgiu a polêmica sobre o custo histórico?

CB - Era preciso controlar as tarifas dos monopólios. Mas como poderia ser feito esse controle? Sobre um capital elástico, que a empresa diz ser um hoje e outro amanhã? Evidentemente, assim não seria possível nenhum controle. Surgiu então a idéia do custo histórico. Com a inflação crônica e elevada, hoje o problema tornou-se incrivelmente complicado. Mas na época, quando o capital era fixo, não havia dúvida alguma: o custo histórico era a soma de todas as despesas que a empresa havia feito, deduzido o que já havia sido amortizado. Por exemplo: a vida útil de uma máquina rotativa era de 20 anos. Passado esse prazo, não valia mais nada e, portanto, era dada como amortizada e não devia ser somada ao capital da empresa. Digamos que a vida útil de barragens e obras fosse de 50 anos. No final desse período, seu custo devia ser retirado do valor da empresa. Com esses dados é que se pretendia fazer o cálculo do custo histórico da empresa e controlar suas tarifas. Mas isso nunca foi feito, pois a Light pretendia o custo de reprodução. Eu chegava lá e dizia para o superintendente: Essa máquina já virou 20 anos, não pode ser incluída na escrita da companhia. Ele retrucava: Olha, meu amigo, vá comprar uma máquina dessas hoje em dia e veja quanto está custando. Quer dizer, eram dois critérios inteiramente opostos, um do custo histórico e o outro do custo de reprodução. Isto porque a Light era uma empresa privada que visava essencialmente o lucro. Para esse pessoal, o céu é o limite.

BH - O senhor considera que a Light tem responsabilidade nas inundações de São Paulo?

CB - O engenheiro Saturnino de Brito demonstrou, já em 1926, que para não haver enchentes na capital paulista era preciso barrar o Tietê na altura de Mogi das Cruzes, a montante de São Paulo, antes de o rio atravessar a cidade. A Light, porém, decidiu represá-lo em Parnaíba, a jusante de São Paulo e, além disso bombeá-lo de volta através do rio Pinheiros, jogá-lo na Represa Billings, para depois lançá-lo em Cubatão.

Num folheto editado pela Light em 1955, lê-se textualmente: “A fim de permitir o aproveitamento de maior volume de água da bacia do Tietê para produção de energia elétrica na Serra do Mar, foi decidida a elevação da antiga barragem Edgard de Souza, em Santana do Parnaíba, e a construção de outra, em Pirapora. Em consequência dessa obra, o remanso das águas se estenderá a todo o trecho do rio Tietê fronteiro à cidade de São Paulo, para além da barra do rio Pinheiros, alcançando quase o nível de Guarulhos”. Aí está: alteada a barragem e mantidas fechadas as comportas, toda a parte varzeana da Grande São Paulo era transformada em represa suplementar da Light! Com o rio Tietê cheio, era barrado também o Tamanduateí.

E por que a Light agia assim? Porque estruturava toda a questão exclusivamente em função de seus interesses de empresa produtora e distribuidora de energia elétrica e não em função de um aproveitamento múltiplo e integrado dos rios paulistas, como defendíamos.

BH - O senhor poderia explicar melhor essa tese do aproveitamento múltiplo dos rios?

CB - Foi o governo Roosevelt que realizou nos Estados Unidos, no Vale do Tennessee, a primeira experiência de aproveitamento múltiplo de um rio, que incluiu o estabelecimento de uma via navegável, o saneamento do vale, a possibilidade de piscicultura, irrigação, fornecimento de água potável, embelezamento, lazer, além da produção de energia elétrica. Os próprios custos da geração de energia são reduzidos com a realização integrada das obras.

BH - O senhor questiona então que a contribuição da Light tenha sido fundamental para o desenvolvimento da economia e da sociedade paulistas?

CB - Vejo ao contrário: o desenvolvimento da economia paulista foi decisivo para a Light. Se a Light não tivesse sido organizada, outra empresa supriria a energia requerida. E se fosse uma empresa do governo, dirigida com verdadeiro espírito público, teríamos tido energia farta e mais barata e a possibilidade de aproveitar de forma múltipla e integrada nossos mananciais.

PRIMEIRO BONDE ELÉTRICO DE SÃO PAULO / 7 DE MAIO / 1900



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

Jacques Marcovitch

CONSELHEIROS

Fernando Bento Homem de Melo, José Aristodemo Pinotti, José Costa Cavalcanti, José Goldemberg, José Marcondes Brito de Carvalho, Manuel Garcia Filho e Rômulo Barreto Almeida

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO

Sérgio Roberto Vieira da Motta

DIRETORES

Antônio Russo, Custódio Motta Pelegrini, Henrique Waksman, João Baptista Dias Guzzo, Paulo de Tarso Carvalhaes, Reynaldo Maffei

SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO

Guilherme Lisboa

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO

José Alfredo O. V. Pontes

EDITOR

Ricardo Maranhão

EDITOR ASSISTENTE

Duarte Pereira

EDITOR DE ARTE

Fernando Lemos

PRODUÇÃO GRÁFICA

Cely Russo Vieira, Carlos de Paiva Neto

PESQUISA E TEXTO

Célia Camargo, Cristina Murachco, Dirce P. S. Mendes, Edsel Oduvaldo Britto, Feliciano S. C. Dias, Giselle Beiguelman, Heloísa Barbosa da Silva, João Martins Rodrigues Neto, José Antônio Segatto, Kátia Martinez, Margarida Cintra Gordinho, Maria Luísa N. de Almeida Paschkes, Nívia Faria, Paulo Afonso Arruda, Sílvia Diksztejn, Vera Maria de Barros Ferraz

REVISÃO

Vania Marino Zeballos

PESQUISA E EXECUÇÃO FOTOGRÁFICA

Carlos Gomes Pires, Carlos Sérgio da Costa Lima, Rubens Carotenuto

APOIO ADMINISTRATIVO

F. E. Bezerra de Menezes, Marco Antônio de Lima, Maria Márcia de Lima Faria, Míriam Abasto Monteiro, Sônia Nascimento da Silva Sincici

FOTOLITO E IMPRESSÃO

Gráfica da Eletropaulo

TIRAGEM

15.000 exemplares

BOLETIM **HA** HISTÓRICO

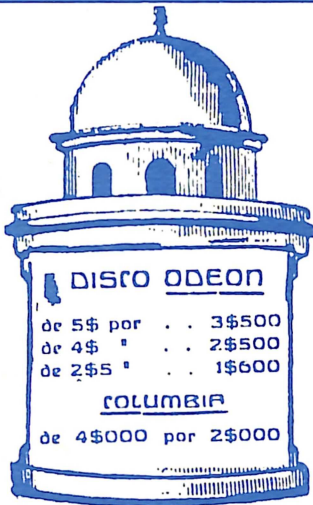
ELETROPULO
ELETRICIDADE DE
SÃO PAULO S.A.

6

Junho/1986

R. Cel. Xavier de Toledo, n.º 23
CEP 01048 São Paulo SP 239 6544

Só serão dados créditos às fotos usadas no Boletim quando não pertencerem ao acervo Eletropaulo.



Odeon

Anúncio, A Cigarra, n.º 5, maio de 1914

SENSACIONAL



Maestrophone de 150\$000
por 95\$000

aceita-se permuta
se acepta permuta
acceptons permutation
exchange requested
si accettano scambi
wir bitten um austausch
接受交換
принимает обмен



Timbre de um dos antigos fornecedores da Light